

Sarney: o regente leal em todas as suas decisões

A exoneração do Governador do Distrito Federal, José Ornellas, e a nomeação para o seu lugar, interinamente, do Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, são dois atos que simbolizam a postura e o comportamento de José Sarney nestes 38 dias em que exerceu a regência provisória da Nova República. São atos que traduzem, ao mesmo tempo, a firme decisão de governar, a irrestrita fidelidade a Tancredo Neves e o obstinado respeito ao discurso que, na primeira reunião do Ministério, leu em nome do seu líder — documento que a fatalidade transformou em carta-testamento que sintetiza o programa com que a Aliança Democrática dá início às mudanças que pretende implantar no País.

José Ornellas, Governador que a Velha República legou ao Distrito Federal, não soube impedir a repressão aos motoristas de ônibus que fizeram greve em Brasília. Sarney exigiu que ele demitisse o Secretário de Segurança, Coronel Lauro Rieth, lembrando, com energia, que a repressão de movimentos reivindicatórios é incompatível com a linha de conduta do novo Governo. Ornellas disse que não cumpriria a determinação. Foi afastado. Em seu lugar, Sarney colocou o Ministro Costa Couto, para um período de 30 dias, não sem antes comunicar sua decisão a D. Risoleta Neves, que, do hospital das Clínicas, o apoiou: "Ótima a sua indicação, Presidente".

Costa Couto assume com duas missões pessoalmente designadas por Sarney: demitir imediatamente o Secretário de Segurança e apurar a fundo o assassinato do jornalista Mário Eugênio, morto no ano passado em circunstâncias ainda desconhecidas.

Em 38 dias de regência provisória, o País inteiro constatou que, com a discricção imposta pela ética da interinidade e a natural inibição de quem estava substituindo um verdadeiro símbolo da vontade nacional, José Sarney governou. E governou com um respaldo parlamentar que talvez ele próprio não esperasse.

Com a mesma postura solene e convicta com que leu o discurso de Tancredo aos Ministros, na reunião do dia 17, se comportou durante o exercício interino da Presidência. Cada uma de suas atitudes foi pautada pela "carta-testamento" de Tancredo, que, juntamente com o Compromisso da Aliança Democrática e a Constituição, estiveram sempre à mão, em sua mesa de trabalho no Palácio do Planalto.

Já convencido de que a sua interinidade se prolongaria por muito tempo, Sarney decidiu, semana passada, colocar em execução uma das principais bandeiras erguidas por Tancredo Neves durante a campanha eleitoral: o plano de emergência elaborado pela Comissão para o Plano de Ação do Governo. Sarney anunciou que o plano englobará prioritariamente as áreas de saúde, educação, transporte, alimentação e combate ao desemprego. Sempre ressaltando a sua fidelidade às idéias de Tancredo, Sarney disse:

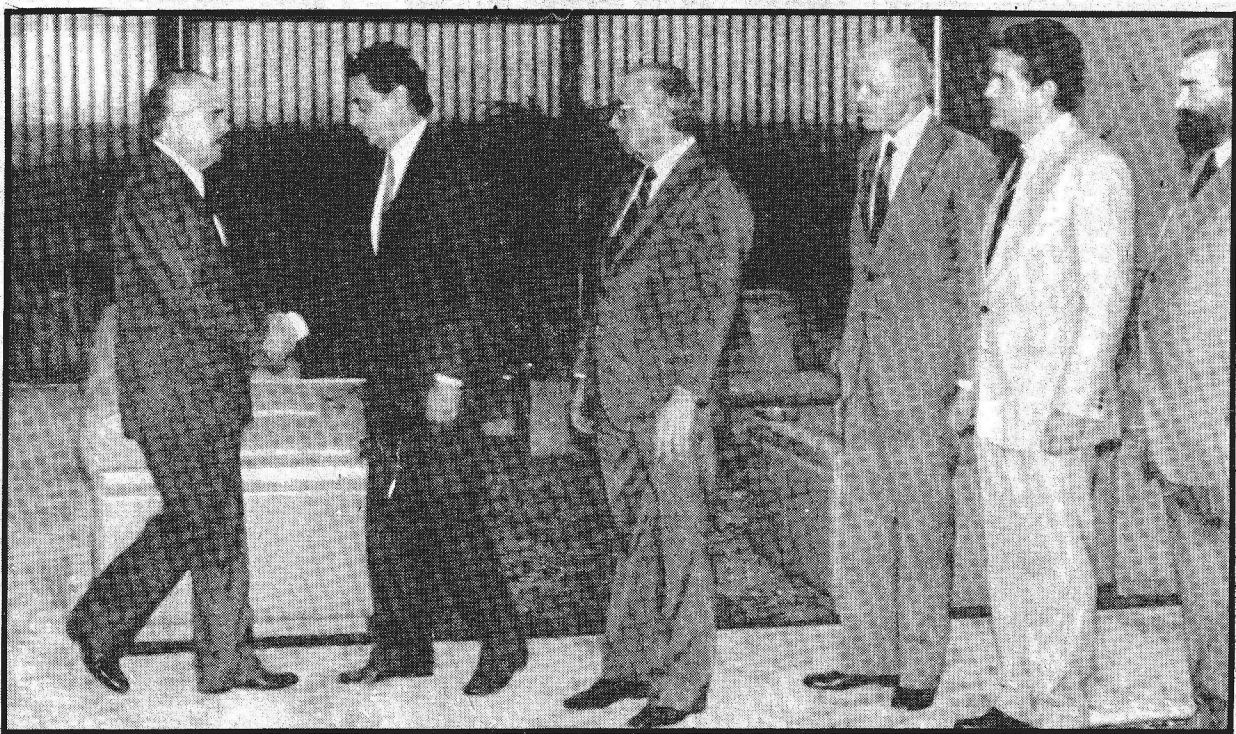
— A sociedade não merece mais ficar em compasso de espera. O Governo agora vai deslanchar.

O Presidente e o Vice-Presidente da República, bem como os Ministros do meu Governo, estarão em sintonia com o Congresso Nacional. Respeitaremos as prerrogativas dos representantes do povo e procuraremos valorizar o relacionamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, através do diálogo frequente e construtivo e das contribuições que estaremos sempre oferecendo à tarefa legislativa e fiscalizadora do nosso Parlamento.

TANCREDO NEVES

No dia seguinte à posse, o Governo tomava a primeira atitude concreta no rumo de um novo relacionamento com o Congresso. Reuniu-se no Palácio do Planalto um Conselho Político de Governo, foro de discussões e decisões formado pelo Ministro da Justiça, Fernando Lyra, pelo Líder do Governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, pelo Líder do Governo no Senado, Humberto Lucena, pelo Líder do Governo na Câmara, Pimenta da Veiga, e pelos Líderes do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, e na Câmara, José Lourenço. Papel fundamental, neste Conselho, assumiu também o Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães.

Nestes 37 dias, o Governo já definiu as primeiras reformas políticas que arrancarão da Constituição os vícios autoritários que a macularam durante os últimos 20 anos: eleições diretas nas Capitais, em novembro, fim da fidelidade partidária, plena liberdade de organização para os partidos políticos, extinção da sublegenda, direito de voto ao analfabeto e também cabos e soldados das Polícias Militares, eliminação do voto distrital — propostas que estão sendo formuladas a partir de uma outra comissão, criada pela Aliança Democrática no Congresso, com a participação de todos os partidos.



Sarney recebe, no Palácio do Planalto, a visita dos líderes dos partidos, que reafirmam a disposição de respeitar a Constituição



Tancredo Augusto na entrega, a Sarney, de carta em que o pai agradece a colaboração de seu Vice. A direita, o neto, Aécio Cunha

No dia 29, José Sarney assinava e enviava ao Congresso projeto-de-lei devolvendo a autonomia política aos 31 municípios que ainda estavam impedidos de eleger pelo voto direto seus Prefeitos, por serem áreas de segurança nacional.

Mesmo a solução encontrada pelo Governo para a situação do banco Sulbrasil traduziu o estabelecimento de um novo tipo de relacionamento com o Legislativo. Caberá ao Congresso decidir, soberanamente, examinando projeto-de-lei que José Sarney encaminhará, se devem ou não ser aplicados Cr\$ 900 bilhões para salvar o banco e evitar o desemprego de seus 24 mil funcionários.

Este relacionamento democrático com o Legislativo não impediu, porém, que ocorresse uma primeira ameaça de crise entre o Governo e o Senado. Os senadores do PDS e alguns poucos do PMDB reagiram, esta semana, à posse de Ronaldo Costa Couto no Governo do Distrito Federal, realizada antes que o plenário pudesse examinar a sua indicação.

A semana trouxe também uma nova decisão do Governo: o Ministro Fernando Lyra anunciou que a convocação da Assembleia Nacional Constituinte que será eleita em 1986 poderá ser apressada para assegurar a toda a sociedade o direito e o tempo de participar do debate sobre a reconstrução institucional do País.

Sucederam-se nos últimos tempos os casos em que milhares de pessoas, cujas economias somadas representam em última análise o louvável esforço da sociedade em investir no futuro, foram lesadas por agentes inescrupulosos que se aproveitaram de lacunas na lei e das deficiências da fiscalização. É inaceitável que esses recursos, muitas vezes penosamente amealhados e entregues em confiança para serem aplicados, sejam administrados de forma tão criminosamente sem que os responsáveis recebam exemplar punição

TANCREDO NEVES

Coube exatamente a José Sarney, em seu curto período de interinidade, ser o responsável por um fato inédito na história brasileira: pela primeira vez a intervenção em uma instituição financeira gera uma ação penal. No dia 19 de março, o Banco Central anunciou a decretação da liquidação extra-judicial do Brasilinvest S.A. e da Brasilinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. O Motivo: uma longa série de irregularidades — entre as quais a criação de dez empresas fantasmas para repasse irregular de financiamentos, a sonegação de Cr\$ 2,7 bilhões ao Imposto de Renda — que resultaram em um rombo de Cr\$ 350 bilhões, segundo as estimativas iniciais.

Logo depois, o Ministro da Fazenda decidiu adotar em relação aos diretores do Grupo todas as medidas penais cabíveis. Procurador da República, Alvaro Augusto da Costa, concluiu que já havia indícios que permitiriam decretar a prisão preventiva do principal dirigente do Brasilinvest, Mário Garnero. A ação exemplar do Governo no caso Brasilinvest foi pessoalmente orientada por José Sarney, a partir das informações e sugestões do Ministro da Fazenda. Em comunicado oficial ao Ministro, Sarney assegurou:

"Esta conduta atual será a norma inequívoca da rigidez com que o Governo administrará a coisa pública".

Dignidade e austeridade são regras essenciais, que devem presidir o exercício da democracia e que nos conduzirão ao atendimento das reivindicações impostergáveis de um povo que é digno e austero. (...) Estou convencido de que a austeridade no Governo será fator decisivo para o êxito do grande projeto de transição para o regime constitucional democrático

TANCREDO NEVES

Justamente porque resolveu seguir à risca a orientação de Tancredo Neves, o Governo de José Sarney enfrenta algumas situações constrangedoras: a maioria dos Ministros e ocupantes do segundo escalão ainda não tem onde morar. Ocupam hotéis — que muitos não podem pagar —, casas de amigos e

seu controle todos os produtos e serviços que haviam sido liberados no ano passado, pelo antigo Governo. No dia dois de abril, outra decisão do CIP: durante 30 dias não haverá nenhum aumento de preço de produtos industriais e de tarifas de serviço público. José Sarney justificava as medidas:

— Todo mundo fala em liberdade de preços, mas ninguém respeita os acordos. As empresas combinam os preços entre si.

Um pouco antes, no dia 23 de março, o Governo já havia modificado a fórmula do cálculo da correção monetária. Em vez de ser idêntica à inflação do mês, a correção ria monetária passaria a ser igual à média da inflação de três meses, previamente fixada. Com isso, justificou o Governo, acaba-se com a histeria que tomava conta do mercado financeiro no dia 28 de cada mês, quando todo mundo torcia para a inflação (e a correção monetária) ser a mais alta possível, para aumentar o rendimento dos investimentos em papéis.

Ainda no campo da economia, o Governo anunciou terça-feira que financiará este mês a estocagem de 1,6 milhão de toneladas de produtos agrícolas pelo sistema de Empréstimos do Governo Federal, gastando Cr\$ 1,5 trilhão.

Estou seguro de que, como sociedade nacional integrada que somos, saberemos encontrar, através do respeito mútuo e do diálogo responsável, o grau de consenso necessários à solução dos conflitos de interesse

TANCREDO NEVES

O Governo assumiu decidido a conquistar a confiança da sociedade através de atitudes concretas. No dia 18, o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, após audiência com o Presidente José Sarney, assinava despacho reabilitando para a atividade sindical todos os sindicalistas cassados pelos Governos anteriores.

A medida beneficia 167 sindicalistas cassados e destituídos a partir de 1979, mas estende-se também aos que foram punidos antes deste ano. Entre os contemplados com a "anistia" estão Luís Inácio Lula da Silva, Djalmá Bom, Jacó Bittar, Jair Meneghelli e Olivio Dutra, todos do PT.

Ainda em março, o Governo enfrentava a primeira batalha pela conciliação de um conflito trabalhista. No dia 21, depois de sete horas de negociações com a intermediação de Pazzianotto, a Fiesp e os metalúrgicos de São Paulo chegavam a um acordo que adiou uma greve que já era dada como inevitável.

No dia 25, o Governo tomava nova atitude com respeito aos trabalhadores, revogando uma portaria que tornava impossível a organização de centrais sindicais de caráter nacional.

Sem ordem não chegaremos a parte alguma. Sem ordem não há progresso, não há democracia, não há produção, não há bem-estar social. Não há segurança para o cidadão, sua família, sua cidade, seu Estado, sem que a ordem preceda as transformações, sob o manto do direito e dos valores éticos da sociedade

TANCREDO NEVES

Alarmado com o episódio da rebelião dos presos da Casa de Detenção de São Paulo, José Sarney enviou nota ao Ministro da Justiça, Fernando Lyra, no dia 25 de março, recomendando a elaboração de um plano nacional de mobilização da sociedade e das autoridades para um mutirão contra a violência. A primeira medida: convocar uma reunião de todos os Secretários Estaduais de Justiça, realizada terça-feira, e outra, com os Secretários de Segurança, para buscar soluções imediatas.

No dia dois de abril, a Comissão Teotônio Vilela entregou a Sarney um documento propondo uma série de medidas para conter a violência, principalmente nas grandes cidades. Sarney disse que as propostas seriam um instrumento importante para o mutirão nacional contra a violência.

Na reunião de terça-feira, já foram dados os primeiros passos para a realização do Mutirão Nacional Contra a Violência. Fernando Lyra disse que levará a Sarney pedido de liberação de verba emergencial para o sistema penitenciário. E aceitou a proposta de criação de uma Lei Orgânica de Assistência Judiciária, além de ter criado um Conselho Permanente de Secretários de Justiça.

No dia 11, 250 mil metalúrgicos paulistas que seguem a orientação da CUT entram em greve, acusando os empresários



de intransigência. O movimento, apesar do momento dramático que vive o País, transcorre em ordem e é absorvido normalmente pela sociedade. Dias antes, o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, ao encontrar-se com o Presidente da CUT, Jair Meneghelli, e com Lula, tentando o acordo entre trabalhadores e patrões, já havia fixado a posição do Governo:

— A greve é uma arma legítima do trabalhador e não nos preocupamos com elas, quando significam apenas paralisação do trabalho. Não desejamos a perturbação da ordem pública.

Quero ainda ressaltar a necessidade de darmos alta prioridade aos estudos orientados para a reforma do sistema educativo do País, inclusive de sua Universalidade. Atendendo aos reclamos que tantas vezes nos foram apresentados durante a campanha, uma comissão de alto nível, cujos nomes indicaremos em conjunto com o Ministro da Educação, está sendo incumbida de estudar a situação e formular propostas que possam ser imediatamente consideradas

TANCREDO NEVES

A comissão para a reforma da Universidade brasileira já está criada. Dela fazem parte as mais importantes personalidades da vida intelectual do País. O Ministro da Educação, Marco Maciel, já anunciou os objetivos que o Governo começa a buscar: ensino gratuito ampliado todos, com apoio, inclusive, da rede privada de ensino; redução de ênfase ao ensino profissionalizante; reformulação completa do Mobral. Aos estudantes, um gesto de boa vontade e espírito democrático: o reconhecimento da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Aos Secretários de Educação, terça-feira passada, Marco Maciel anunciou a liberação, imediata, de Cr\$ 8,6 bilhões para os Estados e, dentro de 15 dias, mais Cr\$ 28 bilhões.

Igualmente importante é a questão dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado e direcionados para regiões menos desenvolvidas. (...) Tratando-se de recursos limitados, devem ser imediatamente concentrados em atividades prioritárias, sobretudo as que criem novos empregos nessas regiões

TANCREDO NEVES

No dia 1º de abril, José Sarney assinava decretos de criação do Projeto Nordeste e do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Nordestino, que prevêm a aplicação de 12 bilhões de dólares na região mais pobre do País.

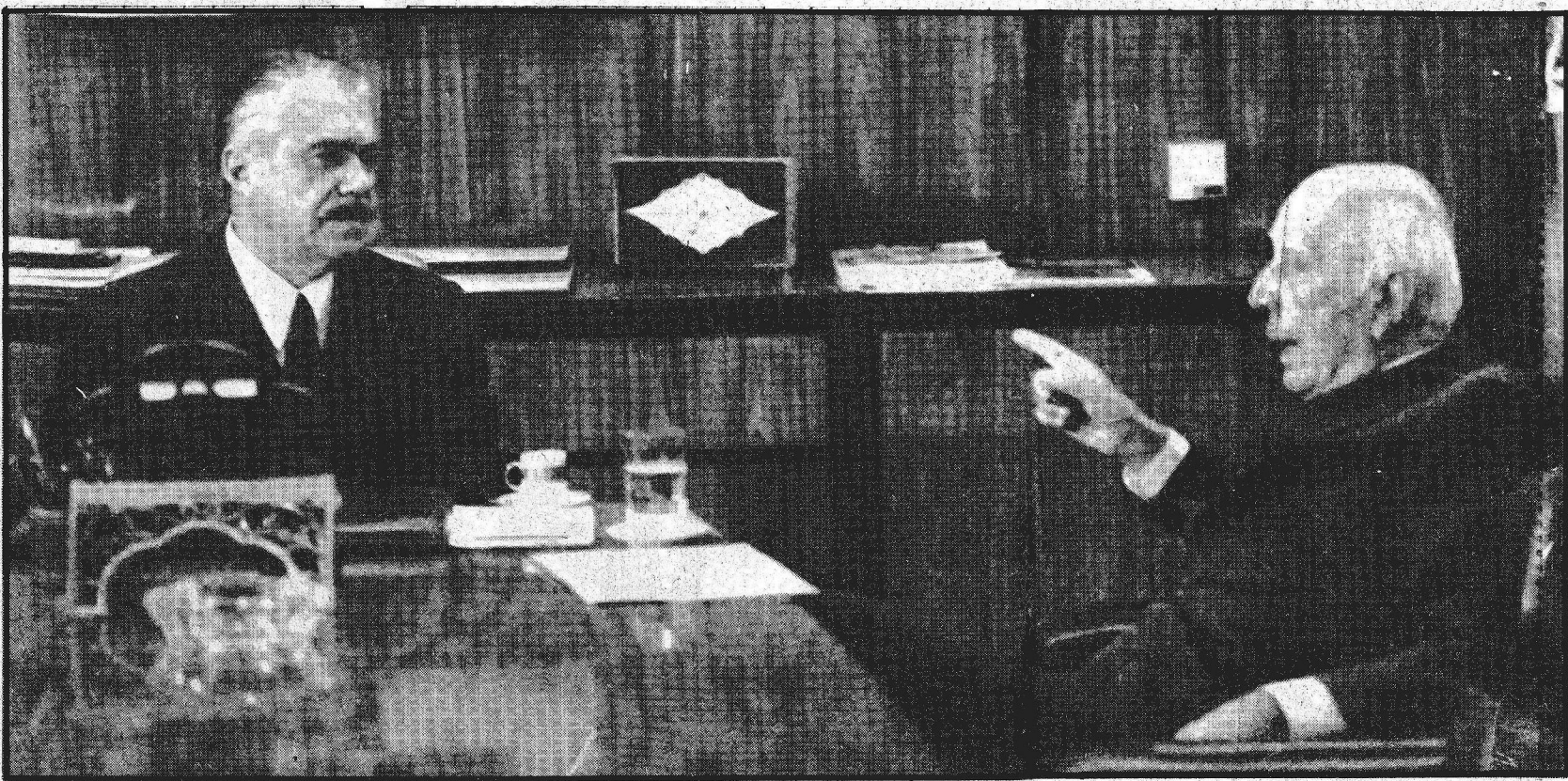
— Queremos que esse projeto seja um marco para que o Nordeste saia do sono para a realidade — afirmou Sarney, que chegou a comparar o "Nordestão", como está sendo chamado, ao Plano Marshall, que possibilitou a reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial.

Na semana passada, o Ministro de Assuntos Fundiários, Nelson Ribeiro, anunciou que levará à próxima reunião geral do Governo o esboço do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Diante da grave situação criada pelas enchentes do Nordeste, o Governo da Nova República atuou rapidamente. O Presidente José Sarney avisou ao Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, de que o crédito para atendimento das vítimas das cheias era ilimitado. E decidiu viajar à região, para observar de perto a ação do Governo no socorro aos flagelados. Obrigado a permanecer em Brasília, com o agravamento do estado de saúde de Tancredo, Sarney mandou Costa Couto em seu lugar ao Nordeste.



Sarney despacha tendo à frente o livro com a Constituição do Brasil



Com Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara, o Presidente em exercício, José Sarney, debate critérios para a escolha de nomes que preencherão os cargos de segundo escalão